

ASPECTOS DA ECONOMIA AGRÍCOLA DO BRASIL (*)

J. SAMPAIO FERNANDES (**)

Antes de dirigir-vos a palavra, tratando de alguns aspectos mais prementes da economia agrícola do nosso país, assunto que escolhi para corresponder à gentileza do convite que me foi feito, seja-me permitido bosquejar o panorama social com que nos defrontamos. Apezar das vozes autorizadas que se levantam aqui e ali, no púlpito, pela imprensa, no Congresso Nacional, pelo rádio, na voz de militares cheios de pundonor e de patriotismo, o que vemos é a gradual dissolução dos nossos velhos hábitos tradicionais, o afrouxamento dos laços familiares, a preocupação pelas posições rendosas de moços que ainda nem terminaram a sua formação mental, o constante desdobrar do burocratismo em todos os setores com quadros pletóricos de afilhados, de protegidos, mesmo quando certa classe de provas é exigida para conquistar situações. Vemos a preocupação dos lugares para os homens e não dos homens para os lugares, regorgitando os serviços públicos, federais, estaduais e creio que até municipais, de elementos, inúteis muitas vezes, desnecessários outras para o sustento dos quais, num constante encarecer da vida, e de orçamentos públicos desequilibrados, se sobrecarregam de impostos as classes produtoras. Filhos, parentes, amigos, amigo dos parentes, protegidos e muitas vezes *protegidas* vão assim encontrando o seu canto, onde passeiam, importantes, a sua inutilidade, difíceis de encontrar por quem precise dêles. Há, não resta dúvida, as exceções, mas raramente se terá visto um pouco caso tão acentuado pela causa pública como nos últimos 15 ou 20 anos, apezar das monumentais fachadas que encobrem a realidade de um povo que há cem anos vive principalmente de um único produto, o café, porque as demais se subdividem em itens numerosos, embora em determinadas ocasiões, avultem, como sucede às vezes ao algodão, graças ao surto de São Paulo, à mamona que se vai firmando como mercadoria de primeira plana e poucos mais. Ainda agora foi o surto do preço do café que permitiu resolver o difícil problema

(*) Palestra proferida no Clube Ceres, em 12 de abril de 1950

(**) Do Ministério da Agricultura e ex-professor da ESAV.

do nosso déficit em dólares para o mercado americano em pleno processamento.

Situações dessas, de um esquecimento da honestidade nos gastos públicos é que levaram povos de alta civilização às crises de revolução social, do tipo da que convulsionou a França em 1789, a Rússia em 1917, e agora a China. São ambientes propícios à degradação social, à jogatina, às propinas desmoralizadoras, aos abusos do poder, às medidas de favoritismo em proveito de tal ou qual classe, que envez de trazerem melhora, mais acentuam o desequilíbrio, entre tais classes beneficiárias e as demais, do povo enfim, que é a grande vítima. E é principalmente sobre as pequenas classes, como a classe agrícola dos que vivem do seu trabalho em pequenas áreas, embora numerosos, que recaem os onus de tais desajustamentos sociais, premidas entre os pequenos recursos de que dispõem e que conseguem na sua atividade útil e a pressão de intermediários dinheirosos e sem escrúpulo, vorazes, e a de impostos cada dia mais pesados, que mal podem satisfazer. Vendendo, entregando os seus produtos pelo preço da miséria e da necessidade êles os vêem depois revendidos, pelo preço da usura e do câmbio negro, à outra infeliz vítima de tais situações, o consumidor médio, de vencimentos fixos, e não beneficiado pelos favores extraordinários e abusivos, que disputa aos de pingues vêncimentos, nas cidades, as sobras da produção agro-pecuária. Isso sucede principalmente nas grandes capitais, onde se acumulam os altos funcionários, o capitalismo de todos os tipos e os que dispõem de posições para exigir situações de privilégio injusto. O resultado daquela pressão a que me referi, de intermediários e de impostos injustos, porque não atendem à capacidade de cada um, é a paulatina absorção da pequena propriedade, crivada de dúvidas fiscais, pela grande, todo poderosa, como tem sucedido em tantos e tantos municípios de Minas, do Estado do Rio e de outros Estados, e cuja dramática realidade tem sido focalizada por homens da envergadura moral de um Padre Arlindo Vieira, o famoso comentador jesuita. Daí, o abandono cada vez mais acentuado do campo pela cômoda posição de habitantes das favelas urbanas, empregados de obras estatais suntuárias, adiáveis ou inúteis na relatividade das nossas necessidades, ou mesmo necessárias, mas realizadas no ritmo de um vasto sorvedouro de braços, desviados da sua tarefa tradicional e mais importante, para essas outras. Chegamos assim a esse gigantismo, verdadeira elefantíase social de um país cuja terra já desaproveitada, ou mal aproveitada em grande e quase total parte, um país que mal produz para as suas neces-

sidades alimentares mais prementes, como sucede ao seu mínimo consumo de leite, alimento básico, levado por uma aberração econômica que duas grandes guerras favoreceram, a uma superindustrialização, protegida, privilegiada, que se concentra nas cidades litorâneas, que depende do combustível importado muitas vezes ou que liquida pouco a pouco os remanescentes florestais da vizinhança, polo de atração desses camponeses. Estes, abandonados pelo público, miseráveis, caquéticos, ou tenazes lutadores mas desanimados, abandonando a gleba ingrata, raramente retornam.

Mas vejamos a face construtiva. Traçado em rápidas pineladas o quadro do desajuste social que nos vai levando pouco a pouco para a revolução do tipo russo, caracterizada pelo predomínio das massas operárias das cidades sobre o campo, abandonado, diluído, desunido e sem apôio, apontemos caminhos que parecem indicados para que os responsáveis pelo futuro do país reajam com bravura. Nessa tarefa, nenhum organismo técnico agrícola o poderá realizar tão perfeitamente como esta maravilhosa realização que é Viçosa. E porque? Porque Viçosa uniu, admiravelmente, a técnica com a prática, a ciência com a rotina, ao criar, há 21 anos, a Semana do Fazendeiro. E chega agora o instante de aproveitar essa massa levedada pelo fermento da cooperação, que ficou impregnada de consciência social, se assim me posso exprimir, para que ela, nos setores em que atua passe, do plano egoístico do indivíduo, ao plano cristão do lema "ama ao teu próximo como a ti mesmo". Não basta suprir a ausência do trabalhador, que fugiu para a cidade, pelo trator, pelo gigantesco arado de discos, porque se o trator arrasta, se o arado rasga o solo, se a cultiva-deira e a ceifeira — trilhadeira completam com infinita vantagem o trabalho agrícola, substituindo o homem, elas não dominam o chão, não lhe dão o sentido social necessário, mas antes o despersonalizam. Só a mão do homem, aqui e ali fixado, consumidor e produtor torna a terra abençoada, alegrando os campos e as searas, criando os povoados, as aldeias, os simples casais, que dão a vida, dominando-a enfim. Quem haja percorrido o nosso Brasil, ha de ter notado a flagrante diferença entre a sensação de deserto das pastarias, que hoje substituem os antigos cafés da bacia do Paraíba, do Doce e de outros rios das regiões cafeeiras, e o ridente e encantador aspecto das zonas coloniais do sul, fervilhantes de vida em cada canto, cheias de povoados alegres e fartos de agricultura e pastoreio polimorfos. Só a presença do homem é capaz de tais milagres. Que fazer, então?

Não desejo fatigar demasiadamente os meus compla-

centes ouvintes. Limitar-me-ei, por isso, a apontar caminhos possíveis, subordinando-os a poucos itens:

1 — No domínio social, o trabalho da fixação do homem ao solo.

2 — No domínio econômico, a produção diversificada, concentrada principalmente nos produtos mais importantes, quer para a vida nacional; quer para intercâmbio, e o transporte de capacidade ajustada às grandes colheitas ou produções.

3 — No domínio financeiro, o combate pelo fortalecimento das finanças municipais, estaduais e federais, sem o qual não há boa economia, nem tão pouco tranquilidade social.

É um vasto programa, esboçado em suas linhas gerais, mas se não o executarmos pela pressão da periferia, sobre o centro político administrativo, gozador e burocrático, estaremos fugindo aos imperativos de povo livre e caminhando cada vez mais para o domínio acentuado do invasor econômico estrangeiro. A grandeza da França se deveu sempre à sua sólida economia agrária. Ela lhe tem permitido resistir às sucessivas crises, quer às provenientes de duas terríveis guerras, quer às decorrentes da pressão das massas trabalhistas da indústria, sempre insatisfeitas, sempre manobráveis pelos exploradores, porque sempre sacrificadas. Também o rápido restabelecimento da Itália, apesar do vasto desprêgo que a alige e da sua superpopulação, se deu graças igualmente à sua boa posição agrária, embora em vastas regiões do sul a situação se assemelhe à nossa. A economia alemã ainda é precária, no presente, em grande parte porque foi rompida a ligação harmoniosa entre o ocidente saturado de indústrias e as zonas orientais agrícolas, dominadas pelos soviéticos. Os próprios EUU. não seriam a potência industrial que são, se não tivessem a apoiar esta, a mais formidável capacidade agrícola do mundo. E foi a falta dessa sólida base agrícola o calcanhar de Aquiles da Grã Bretanha nas duas grandes guerras. Esse país bem o sentiu, procurando remediar-la. Mas vejamos rapidamente cada item.

Que meios poderão ser empregados para fixar a população rural, quer a existente e já radicada, quer a que nos venha como é desejável que venha, por imigração? Quais as causas principais do crescente desinteresse e abandono, fenômeno que não é só nosso mas comum aos países ditos civilizados, isto é, dos que dispõem de cidades industrializadas que atuam como polos de atração. Se este centro de

atração põe em perigo países superpovoados, como a Grã Bretanha ou a Itália, quanto maior não será o perigo de povos como o nosso ou a Argentina que se transformam em monstros teratológicos, se não se acudir ao justo termo das indústrias de base sã, bem distribuídas junto da matéria prima e cujos operários são em parte também, durante o ano cultivadores, como sucede nos E.E.UU., como acontece no sul colonial, nas zonas açucareiras e em casos como o de Pesqueira, em Pernambuco. Agravando essa ação de polaridade existe a própria situação do homem do campo, sem segurança, quando colono, joguete de fazendeiros ou grandes proprietários, que raramente agem com justiça, segundo a recomendação evangélica do "não faças a outrem o que não queres que te façam". Em lugar de um patriarcado justo, benéfico, compreensivo, da dureza de feitores de senzala, mais valor tendo para eles o boi que pisoteia com sua complacência, a roça do colono, do que o pão de milho e o feijãozinho que este procura assegurar à mulher e aos filhos. E se esse homem é o pequeno proprietário, o posseiro, o arrendatário de uma gleba que vizinha com o grande, o que não sofre ele da pressão d'este, da sobrecarga de taxas, impostos e encargos fiscais de toda a ordem? Autoridades municipais, de curta visão, esquecidas de que só o trabalho do homem pode fazer a prosperidade do município, ou diretamente interessadas na espoliação, conjugam-se nesse afã sem glória de senhores feudais a oprimir o pequeno. A tudo se acrescente o efeito catalizador dos que vão e ficam, atraídos pelas facilidades urbanas, mesmo quando residindo em favelas e que retornam a passeio, evidenciando melhor padrão de vida, ou escrevem descrevendo maravilhas, nem sempre reais. As construções civis com os seus empregos de serventes de pedreiro ou outros igualmente de pouca exigência, o pago do trabalhador de enxada nos serviços federais ou do Município federal, as obras das estradas de rodagem, e outras do tipo da do Vale do São Francisco, são outras tantas fontes de atração para o desamparado trabalhador rural, ou mesmo para o modesto posseiro ou proprietário de nesga de terra levada a leilão judicial por miseráveis impostos.

Para combater essa gravíssima situação nenhuma instituição mais indicada do que a Escola Superior de Agricultura de Viçosa, pelos seus professores, agrônomos, espalhados hoje por todo o país, técnicos agrícolas, articulados com os fazendeiros que por aqui passaram. Como realizá-la? Pela desapropriação, no caso de terras valorizadas na margem das vias de comunicação e não aproveitadas pelos seus donos?

Sim, em certos casos, mediante justa indenização, fácil de calcular pelos impostos pagos, e loteamento convenientemente efetuado em proveito de famílias de nível agrário suficiente. Pela compra e loteamento em outros casos? Também é solução ao alcance dos municípios nos casos de fazendas postas à venda ou em casos de leilão. Pela meiação contratual, honesta e firmemente cumprida? Pelo arrendamento a largo prazo? A discussão dessas várias modalidades nos levaria longe e certo estou que o vosso jovem e já projecto professor de economia rural não só já vos terá explorado proficientemente o assunto em várias oportunidades, como ocasião terá de muitas vezes o fazer, como dinâmico professor que é. Acentuo apenas a necessidade da realização desse melhor aproveitamento da terra, se não quisermos assistir ao deperecimento cada vez mais acentuado de riquíssimas regiões já semi-abandonadas, presa fácil de aventureiros estrangeiros ou nacionais, que em torno das cidades e mesmo de simples estações ferroviárias ou povoados, só procuram realizar o loteamento urbano, fito usurário de valorização, vendendo terras de campo a preço de metro quadrado de cidade. Parece-me que posso citar como exemplo a escola ativa da orientação que convém seguir, a que, segundo me informou pessoalmente o Dr. Bello Lisboa, segue este antigo diretor desta Escola e seu cofundador, facilitando a antigos auxiliares e velhos colonos os recursos necessários para a compra e encaminhamento de pequenas propriedades. Não conheço, nas minúcias, esse entrelaçamento objetivo entre a grande e a pequena propriedade, talvez já bem familiar aos que me ouvem neste instante, e lamento que o escasso tempo de que disponho me proiba o aceitar convite de visita que esse meu velho colega dos bancos secundários e estimado companheiro de tantos anos, me dirigiu. Espero, contudo, que o seu exemplo frutifique entre os grandes fazendeiros, seja sob a forma por ele levada avante, seja sob qualquer outra que mais convenha às peculiaridades regionais.

Se passarmos ao segundo ponto dos que desejo abordar aqui, agora, lembrei o antigo vêzo nosso de alinhar com destaque nas estatísticas, chamando a atenção para a diversidade da nossa riqueza, em numerosos produtos de nenhuma significação econômica. Já em 1925, numa entrevista concedida ao grande vespertino de Irineu Marinho, que era então a "A Noite", criticava eu essa propaganda sem valor. Uma vez mais saliento que, embora útil a diversificação, torna-se necessário desenvolver a produção dos chamados produtos essenciais, importantes no comércio inter-

nacional. A esse respeito pouco evoluímos, porque ainda hoje, como há cem anos, é o café o nosso grande produtor de dólares. Como no período da guerra de Secessão dos Estados Unidos, durante curtos períodos outros produtos avultam ao lado dele. O algodão, como matéria prima, graças principalmente ao surto paulista, ou como indústria acabada — e como é triste ter de acentuar a falta de escrúpulo de fabricantes na execução de seus contratos, causa, uma delas, da rápida queda da quantidade exportada e da perda de mercados, sendo a outra o alto custo, tornando difícil a concorrência. Cacau, fumo, açúcar, arroz, algumas frutas são os produtos a que me refiro. Muita culpa cabe à administração federal, que em lugar de atacar setores essenciais à produção como são os ligados à educação rural, à saúde das suas populações e à multiplicação dos meios de produzir, tem preferido gastar milhões e milhões de cruzeiros na construção de enormes edifícios para a sede de Ministérios, gigantescas construções que é preciso depois encher de troca-pernas, mocinhas da cidade ou recém vindas do interior e mocinhas elegantes e cultas, não há dúvida, mas de trabalho medido, outras tantas que raramente se ajustam no futuro às reais finalidades da mulher e uns e outros mais prontos a discutir os últimos jogos de *foot-ball*, ou o último escândalo social do que a se preocuparem com o exato cumprimento do dever. Há sempre as exceções, que servem sómente para confirmar a regra.

E não só nos edifícios se consomem largas verbas mas nos excessivos e repetidos luxos de mobiliário e tapeçarias que se multiplicam a cada passo, com grande desperdício e nenhuma vantagem da administração.

Por outro lado, os produtos industriais necessários ao meio rural, se encontram protegidos por tarifas que lhes elevam os preços e dificilmente o abastecimento, devido à insuficiência da indústria nacional. Tudo são causas do encarecimento e da falta de desenvolvimento adequado da produção. Passemos a uma enumeração sumária de produtos agrícolas ou pecuários de interesse nacional ou internacional, e cujo aumento de produção, colocando-nos em condições de competição, permitirão com o tempo a industrialização firmada em bases sólidas.

O nosso cereal básico é o milho. É produto que encontra mercados certos na Europa, contanto que as correntes de comércio se façam regulares, a preços de competição e honesto cumprimento de contratos, pois que a simples presença de uma semente de carrapateiro pode interromper um

intercâmbio e dar lugar a fundadas reclamações diplomáticas, como aí por volta de 1936 sucedeu, em processo que me veiu às mãos, de reclamação dinamarquesa, alarmados os criadores daquele país pelo perigo de intoxicação dos seus suínos...

Outro cereal importante para nós é igualmente o arroz. Suas perspectivas no comércio internacional dependem muito da evolução nos próximos anos da situação indomalásia em face do avanço comunista. Considero-as boas nesse sentido, isto é, acho que aquele centro produtor está muito arriscado a cair sob domínio soviético indireto, desaparecendo como abastecedor. Outro ainda é o trigo, cujo problema agudo e grave surgiu quando o nosso habitual fornecedor, a Argentina, que sempre o produziu e forneceu em condições mais econômicas do que as que poderíamos realizar, nos regateou preço e quantidade, tendo em vista melhores negócios eventuais. Produto essencial, não pode o nosso país ficar sujeito a tais emergências e, mesmo mais caro, deveremos produzi-lo bastante. Resta resolver o problema do seu custo mais baixo e das boas condições do seu transporte e armazenamento para que a todo tempo possamos competir no mercado internacional. É produto para o Rio Grande do Sul, para Santa Catarina e Paraná, como o serão o centeio, a aveia e a cevada na escala das necessidades nacionais. Outros Estados, como São Paulo, Goiás, Minas, não terão tão boas probabilidades na cultura tritícola.

Embora não tenhamos grandes possibilidades na exportação de açúcar, a cultura da cana deve receber cada vez mais amplo apóio, não só porque, se conseguirmos melhores rendimentos e custos mais baixos, poderemos concorrer com a produção estrangeira, como porque seu subproduto, o álcool, é cada vez mais importante para a indústria e como combustível.

Como fontes de amido, há perspectivas boas para a mandioca, para a araruta, para a batatinha e a batata doce, pois que as necessidades do consumo nacional absorverão quantidades crescentes, além de que há mercado internacional para féculas, amido industrial e tapiocas.

Considero desnecessário frisar produtos tradicionais ou pouco importantes do nosso comércio internacional. Assinalo porém o café, o mate, o cacau, o fumo, a borracha. O café para cuja cultura sombreada é necessário que se voltem, como vem clamando Rogério de Camargo e quanto antes, técnicos e fazendeiros, afim de restabelecer a nossa

capacidade de produção, em perigo com o deslocamento das culturas de terreno virgem para regiões de geadas, cada vez mais ao sul. A borracha não terá grandes possibilidades de mercado internacional, salvo se ocorrerem condições como as que apontei para o arroz, no Extremo-Oriente. Mas é produto cuja industrialização dentro do país, cada vez mais intensa, se impõe com probabilidade de triunfo e concorrência. Cacau e fumo são produtos de comércio internacional seguro. Também o são certas frutas: banana, laranja e cítricos em geral, abacaxi. Dois mais, pouco lembrados, especiais para zonas quentes, o cajú e a goiaba, o primeiro cuja castanha é de altíssimo valor no comércio com o estrangeiro, quer pela amêndoia, quer pelo óleo da sua casca, e cujo sumo, convenientemente industrializado, talvez possa colocar-se com vantagem, graças ao seu sabor e a sua conhecida riqueza vitaminica, motivo pelo qual também a massa da goiaba adquiri cada vez maior importância nos Estados Unidos. Poderá tornar-se mercadoria comum além do seu vasto e merecido mercado nacional. Deixando de lado produtos de certo relevo, mas cujo interesse é principalmente nacional, cito como importantes os produtores de fibras, de interesse mundial — o algodoeiro, o linho, a juta e o sisal ou piteira. Cito, entre os oleaginosos, o amendoim e a soja, das leguminosas, culturas que, com os vários feijões e favas, devem fazer sempre parte do programa de cada propriedade, tal o valor fertilizante do seu desenvolvimento vegetativo e alimentar, das suas tortas e resíduos e mesmo do produto integral, na criação de gado, sobrelevando o amendoim pelo seu óleo fípissimo, de alta procura na Europa e nos Estados Unidos, que são também seu grande produtor. E acrescento a cultura do dendêzeiro e do coqueiro da Bahia, este devendo ser preferido ao babaçu para a produção de óleos ricos em ácido lúrico e aquêle, não só pela mesma razão, como porque apresenta duas fontes de óleo, da amêndoia e o da polpa mesocárpica fibrosa. A palma tem em Minas um coqueiro, a macaúba que talvez possa ser-lhe concorrente, mas não tenho dados sobre o seu rendimento cultural e industrial. Além desses oleaginosos, comestíveis, que considero os principais, haverá algum interesse pelos dois, girassol e gergelim, ambos importantes, quer na bacia do Mediterrâneo, quer no Oriente, mas que não poderão, tão cedo, fazer sombra aos demais entre nós. Como não comestível, cito como de extrema importância a cultura da mamona, que, com o amendoim, aconselhei aqui, desta Escola, já em 1935. Outros, como a oiticica cultivada e o tungue poderão adquirir certa importância regional.

Em todo êsse trabalho a se realizar pelo aumento da produção, necessário se torna estarmos atentos à sabotagem vinda de concorrentes estrangeiros, porque, a meu ver, quer a broca do café, quer a mosca do Mediterrâneo aqui aportaram com essa finalidade, trazidos por interesses monetários incontroláveis. Conforme tenho acentuado em meus artigos, nenhuma área de terra, por pequena que seja, deve ser desprovida de mata, que é preciso reconstituir em tôda a parte.

Evoluamos na pecuária, tanto na de engorda, para carne, como na de leite, como ainda na criação de carneiros, fonte de renda tão importante para a Argentina, Austrália, Estados Unidos e mesmo para nós, no Rio Grande do Sul, pela sua carne, pela sua lã tão escassa, no mundo, pela sua pele e pela lanolina. E ainda na criação e engorda de suínos e na multiplicação da avicultura industrial para ovos. E como? Assentando bases alimentares mais nacionais, estendendo, além do emprêgo dos concentrados e produtos ricos em nitrogênio de produção local, plantas forrageiras locais, estudo êsse tão atrasado ainda. E há, talvez, trêvos nativos, cuja cultura poderia ser estudada e tentada nas várias regiões do país. E' na produção leiteira que Viçosa, atuando na vasta região da zona da Mata e nas que lhe são adjacentes, fornecedoras do Rio e de São Paulo, poderá transformar o atual aspecto, de fraco rendimento, em algo que valha a pena de ser visto.

Ainda agora, o suplemento comercial e industrial do grande jornal "O Estado de S. Paulo", nº 17 de Março desse ano, tratando das condições do Vale do Paraíba, escreve: "O tradicional e surpreendente Vale do Paraíba é hoje um fantasma do que já foi em seu período áureo". E' contra essa situação, que se estende por todos os afluentes do grande rio que é preciso reagir, fazendo da fazenda não a base extensiva de um fraco rendimento leiteiro, à custa de concentrados comprados a péso de ouro no Rio ou S. Paulo, mas a base intensiva de uma policultura apropriada, a fixar colonos, conjugados no seu esforço com o fazendeiro coordenador. Meeiros, de prazo longo, de 10 a 20 anos, com a garantia de indenização das benfeitorias que houverem realizado, em contratos justos, que atendam convenientemente os interesses de ambas as partes. Ao fazendeiro caberá a articulação orientada, fornecendo máquinas de espréstimo, para as culturas, as colheitas, o preparo das safras; o transporte, as sementes, segundo o plano pre-estabelecido e de que se cobrará no custo, pela colheita; o gado de leite na média de 10 a 20 cabeças, em lactação; o vasilhame e o abrigo higiê-

nico. Cada colono disporá da área de terra necessária não sómente para a pastagem de reserva para a seca, para a cultura escolhida, principal da fazenda, e para as de refôrço, cereais, feijão, mandioca, batatas, além do espaço para a sua horta, o seu criadeiro de algumas cabeças de suínos, aves e o pequeno pomar. Sempre um pedaço de mato replantado. Será verdadeira revolução agrária para a região, cujos fazendeiros só compreendem, em regra, o assalariado sem direitos e o próprio vizinho, sitiante, vê com maus olhos, tudo fazendo para absorver-lhe a propriedade. Mas com o auxílio dos fazendeiros de Viçosa, com o seu exemplo e o apoio dos agrônomos e técnicos de Viçosa acredito ser possível levá-lo avante. Será campanha de larga envergadura, de aumento da produção e de valorização. Será também educativa e social. Impossível? Não o creio, porque isso seria descrever do espírito cristão do povo do nosso interior, e, felizmente, existe esse espírito que precisa ser mobilizado pelo prestígio de Viçosa, firme e cada vez maior, com o auxílio dessas abnegadas moças que se dedicam ao ensino primário nas escolas rurais e o apoio de valiosos elementos dos quais o mais importante é o clero rural que, de certo atenderá ao apelo. Não há dúvida de que se poderá caminhar para uma legislação agrária que force o programa, mas antes pelo trabalho espontâneo dos interessados, afim de que, mais tarde, venha a legislação encontrar o terreno preparado e consagre apenas uma situação de fato ou corrija deficiências de somenos da ação privada.

O terceiro ponto a que me referi só poderá ser resolvido se houver um interesse mais forte das massas agro-industriais pela coisa pública. As primeiras vivem muito afastadas do centro e raramente se preocupam efetivamente com as administrações que ajudaram a eleger, mesmo as que lhe estão mais próximas, as municipais. Satisfeito o interesse privado, pessoal, que nem sempre é justo, nem serve a coletividade, a máquina pode rodar à vontade, sem que fazendeiros ou industriais se preocupem. Sómente a pressão da classe, quer sobre o município, quer sobre o Estado ou o Federal, em movimentos articulados que ponham de lado os regionalismos que enfraquecem, conseguirá, através dos seus órgãos representativos ou dos seus representantes legislativos, levar avante um programa que faça desaparecer a desordem financeira que tudo destroi — a confiança, a estabilidade econômica, a moralidade pública e a privada.